

SOL

01-10-2016

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 58246

Temática: Justiça

Dimensão: 621 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 30

Sociedade

GES: Mais buscas e mais arguidos

Carlos Diogo Santos
carlos.santos@sol.pt

Esta semana, o DCIAP levou a cabo novas buscas relativas às investigações ao Grupo Espírito Santo. Nos sete inquéritos há já 11 arguidos, dois dos quais empresas. Carlos Alexandre esteve presente em alguns dos trabalhos.

O Departamento Central de Investigação e Ação Penal realizou na última quarta-feira diversas buscas em Lisboa, Porto e Torres Vedras no âmbito das investigações ao chamado 'Universo Espírito Santo'. Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), as diligências focaram-se em «três domicílios, um escritório de advogados e instalações de quatro sociedades». Segundo o SOL apurou, o juiz Carlos Alexandre, do Tribunal Central de Instrução Criminal, participou em várias das buscas realizadas.

Poucas horas depois do fim



Juiz Carlos Alexandre esteve em diversas buscas realizadas esta semana

das diligências, ao final da tarde, o Ministério Público revelou que nos sete inquéritos em curso foram já «constituídos, onze arguidos, nove pessoas singulares e duas coletivas». Num

desses inquéritos, adiantou a PGR, encontram-se anexados 220 inquéritos, relativos às queixas apresentadas pelos chamados lesados do Banco Espírito Santo.

No dossiê Grupo Espírito Santos (GES) estão em causa «suspeitas da prática de crimes de burla qualificada, falsificação de documento, falsidade informática, fraude fiscal, infideli-

dade, abuso de confiança, branqueamento e corrupção no setor privado».

Equipa multidisciplinar

Os inquéritos estão a ser conduzidos por sete procuradores, sendo que foi ainda «constituída uma equipa multidisciplinar de seis magistrados de outras jurisdições». Uma equipa que intervém apenas em «questões específicas relacionadas, designadamente com o arresto de bens/recuperação de ativos, questões cíveis e de insolvência».

Nas investigações ao chamado 'Universo Espírito Santo', o Ministério Público é coadjuvado por várias entidades: por uma equipa especial constituída por elementos da Polícia Judiciária, pela Polícia de Segurança Pública, pela Autoridade Tributária, pelo Banco de Portugal, pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e ainda pelo Núcleo de Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral da República.

Atualmente, os sete inquéritos encontram-se em segredo de justiça.